

“Na cadeia ninguém é princesa”: mulheres encarceradas em Mandaguari/PR

Amanda Dora Bebiano Silva amandsbebiano@gmail.com, Fagner Carniel
(Orientador) fagnercarniel@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Maringá/Centro de Ciências Humanas/Maringá,
PR.

Antropologia/Arqueologia - 70303002 Antropologia Urbana

Palavras-chave: Gênero, Sistema Prisional, Violência

Resumo

Esta pesquisa aborda as relações entre gênero e violência a partir da perspectiva de quatro mulheres encarceradas que atualmente estão cumprindo suas penas na 55ª Delegacia Regional de Polícia Civil, em Mandaguari, no Paraná. Por meio de entrevistas e de visitas semanais, realizadas desde julho de 2016, a investigação se concentra na maneira pela qual essas detentas narram suas trajetórias “antes” e “depois” do encarceramento. Nesse sentido, suas experiências no cárcere, bem como suas expectativas de remissão, acabam configurando formas particulares de ser mulher em privação de liberdade. Novos valores são necessários para o convívio naquele espaço e acabam sendo determinantes para as mulheres que nele se encontram. Suas marcas se estendem para além do cárcere. Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para o debate em torno da generificação dos dispositivos institucionais de punição e de desumanização que afetam a vida de um número cada vez maior de mulheres no sistema prisional brasileiro.

Introdução

No dia 21 de outubro de 2016, uma notícia vinculada pela mídia local repercutiu entre os moradores de Mandaguari. De acordo com o Correio de Notícias, a conselheira tutelar afastada, Rosana, de 25 anos, foi agredida por outras presas após uma confusão na cela em que estavam, na Delegacia de Polícia Civil. Segundo as informações obtidas, Rosana foi atingida com chutes e socos, ocasionando ferimentos em sua boca, olhos e nariz. Levada inicialmente ao Pronto Atendimento Municipal, ela teve que ser transferida para o HU, em Maringá, onde realizou mais exames. Após ser atendida e medicada, retornou à delegacia e se encontra em uma cela separada. O delegado, Dr. Zoroastro Nery, disse já ter aberto um inquérito para investigar quem iniciou a briga e quem agrediu Rosana. Ainda de acordo com ele, “a lei do silêncio impera na delegacia, as outras presas não sabem de nada”, porém afirmou que “com certeza encontrará as culpadas”.

Há mais de quatro meses visito as mulheres detidas em Mandaguari e desenvolvo um Projeto de Literatura com elas. A ideia é que, além do interesse pela remissão de suas penas, essas mulheres também tenham interesse pela leitura e descubram no estudo uma forma de buscarem uma nova vida, quando saírem de lá. Como é de costume, todas as segundas-feiras reúno livros de acordo com o gosto de cada uma, deixo com elas e, nas horas em que permaneço lá, debatemos sobre os livros e como foi a última semana. Depois da briga, já sabia que as detentas estariam “de castigo. Ao me receber, o agente carcerário pediu para olhar minha bolsa com livros e perguntou se eu estava com carteira ou celular. Me contou que elas estavam “num castigo sério pelo que fizeram com a outra menina”, já que “machucaram muito a coitada” e por isso eu deveria ficar com elas lá dentro da cela. Ao terminar, seria só chamar que ele me tiraria de lá. O agente ainda me disse para ir depois “dar uma olhada no estado que deixaram a moça”.

As detentas estavam sem direito a receber visitas ou “bolsas” de seus familiares. Nessas bolsas estão itens que os presos podem estar precisando e que podem entrar na delegacia. Normalmente eles relatam as necessidades para os familiares na quarta-feira, dia de visita, e estes deixam as bolsas na portaria da delegacia em qualquer outro dia da semana. Após uma revista detalhada em cada item, os agentes entregam as bolsas para os presos. Porém, pude notar que não era a dificuldade de se alimentar somente com as marmitas enviadas pelo Estado que havia abatido aquelas meninas, mas sim a distância que teriam de seus familiares. Fui colocada dentro da cela com as quatro detentas e, por mais incômodo que aquele lugar fosse, era o único que nos daria privacidade para conversar sobre o ocorrido na semana anterior.

As falas eram muitas e feitas por todas. Diferente da afirmação do delegado, o que vi não foi uma lei do silêncio, mas uma série de desabafos desesperados, clamando por justiça. Revoltadas com as acusações, todas disseram nunca ter sequer encostado em Rosana, mas sim a ajudado e socorrido em diversas situações. O ódio por estarem sendo castigadas injustamente se torna ainda maior quando veem Rosana andando livremente pela delegacia e recebendo visitas e comida a qualquer horário. Ao ser levada para outra cela, Rosana pediu todas as coisas que eram dela e, segundo as demais presas, até as que não eram também foram levadas. O estoque de comida acabou e algumas “regalias”, como receber caixa térmica com gelo para tomarem água durante esses dias quentes, foram cortadas. Meu plano era assistir a um filme com elas dentro da cela, pois lá havia uma televisão e um DVD. Porém, a televisão era de Rosana e não estava mais lá. Os livros de romances e biografias que eu havia levado pareciam desnecessários, bobos e irrelevantes. Aquelas meninas choravam pedindo por suas bolsas com comida e a visita de seus familiares.

Não foi a primeira vez que encontrei as detentas sendo punidas por terem infringido regras, mas nunca antes havia sido por um ato tão sério. Saber da agressão praticada por mulheres, dentro de uma cela, nos leva a questionar as formas de convívio possíveis naquele lugar e quão

negligenciadas estas podem ser. O grau de diversidade daquele grupo é muito grande e a única semelhança que possuem é o fato de estarem cumprindo suas penas. São mulheres que, na maioria das vezes, não se conhecem e possuem famílias, histórias de vida e valores diferentes. Independentemente das divergências que possam vir a encontrar, terão que se entender e conviver em um espaço pequeno e degradante, 24 horas por dia.

Materiais e métodos

A metodologia desta pesquisa consiste em um trabalho etnográfico com observações semanais e entrevistas semiestruturadas, visando um maior convívio e contato com as mulheres que se encontram detidas em Mandaguari. Propostas de reflexões em conjunto e demais conversas informais possibilitarão uma melhor análise acerca de suas vidas e formas de convívio.

A partir das reflexões sobre Controle e Punição feitas por Silva (2013), acredito que o trabalho etnográfico segue o mesmo objetivo de dar visibilidade às experiências femininas de reclusão e suas resistências aos discursos de poder presentes nas políticas e práticas penitenciárias. Segundo essa autora, a prisão é um local que visa o silenciamento, a marginalização e a segregação das mulheres. Por isso é necessária uma antropologia feminista da prisão, para compreender as formas de punição usadas especificamente em mulheres e questionar as políticas que (re)produzem e perpetuam desigualdades e injustiças sociais.

Resultados e Discussão

A obra “Cemitério dos Vivos”, de Julita Lemgruber, destaca-se como uma das contribuições pioneiras aos estudos sobre encarceramento feminino no país ao desenvolver uma discussão sobre criminalidade, punição e gênero. Conforme a autora, dentre as privações causadas pelo encarceramento (as dores do aprisionamento), a desarticulação dos laços familiares é a que mais se destaca, visto que “o rompimento do contato contínuo com seus familiares e, sobretudo, com seus filhos, é extremamente difícil de suportar” (LEMGRUBER, 1999, p. 96). Contudo, assim como a detenção corta alguns laços, ela também força a criação de outros. Os valores ali aprendidos costumam marcar essas mulheres e mudá-las para sempre. Por isso, ampliar as análises sobre como se dão suas relações e quais as dificuldades encontradas durante o convívio se torna relevante do ponto de vista político e acadêmico, pois ela possibilitará um melhor entendimento do universo das penitenciárias femininas e das estratégias possíveis de ação no setor.

Sabe-se que as regras criadas pelas próprias detentas tendem a valer mais do que o regimento das penitenciárias e, em alguns casos, acaba sendo incorporado a ele. Como todo regimento, o das detentas também gera punições caso seja desobedecido. As agressões ou castigos parecem não

causar um sentimento de culpa nas mulheres que praticam esses atos, mas sim a sensação de respeito e justiça. Para elas, todos seus atos, ainda que agressivos e cruéis, são justificáveis. As relações forçadas que se iniciam dentro das celas resultam em regras que visam uma melhor convivência no lugar que contribui para que isso não seja possível. O real significado dessas regras impostas por elas sobre si mesmas parece ser a busca para que todas se adequem e possam viver unidas, ainda que de uma forma não convencional.

Conclusões

A invisibilidade de gênero e como o Estado não atende as demandas específicas das mulheres foram questões levantadas por Queiroz (2015), que realizou pesquisas etnográficas por diversas penitenciárias femininas em todo o Brasil. Tal experiência evidenciou a dificuldade de acesso ao público alvo e como o convívio e sobrevivência no cárcere são difíceis. Através das histórias retratadas pela autora, fica evidente como o Estado tem tratado seus presos de forma uniformizada, predominantemente masculina. Tal tratamento deixa marcas nas mulheres, que acabam mudando suas maneiras de ser e ver o mundo.

Por fim, é importante frisar que por mais que o sistema carcerário tenha retornado ao centro das atenções acadêmicas, ainda há muito a se falar, principalmente sobre as mulheres. Produções sobre esse tema são plurais e de suma importância para os debates sobre crime, punição e gêneros existentes nas penitenciárias, mas ainda há muito o que se dizer para criarmos políticas que venham abolir de uma vez as noções patriarcais vigentes.

Referências:

DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN MULHERES. Junho de 2014.

LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos Vivos: Sociologia de uma Prisão de Mulheres. Rio de Janeiro: Forense; 1999.

Portal Agora – 21/10/2016. Acessado em 11/7/2018. Disponível em: <<http://www.portalagora.com/noticias/mostrar/id/51314>>

QUEIROZ, Nana. Presos Que Menstruam. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

SILVA, Vera. Controlo e Punição: As prisões para mulheres. Revista ex æquo, n.º 28, 2013, pp. 59-72.